

Educação Financeira e Educação Financeira Escolar Crítica: qual a diferença?

Financial Education and Critical Scholar Financial Education: what's the difference?

Luan Danilo Silva dos Santos¹ • Taianá Silva Pinheiro² • Cristiane Azevedo dos Santos Pessoa³

Resumo: O objetivo do trabalho é diferenciar o termo Educação Financeira de Educação Financeira Escolar Crítica, a partir das recomendações da *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) e das produções de um grupo de pesquisa ao longo dos anos. Para isso, fizemos um levantamento da bibliografia basilar do tema, apontando a justificativa para uma nova denominação, a partir de um apontamento cronológico de publicações realizadas pela OECD e de suas recomendações no Brasil, por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), apontando as definições e interesses trazidos por eles sobre Educação Financeira. Para justificar e estabelecer a denominação Educação Financeira Escolar Crítica, é realizado um outro levantamento bibliográfico sobre estudos desenvolvidos por um Grupo de Pesquisa que defende uma Educação Financeira com mais complexidades e com particularidades que valorizam aspectos sociais e críticos. Consideramos a partir do estudo teórico dessa nova vertente, percebemos a Educação Financeira Escolar Crítica (Efec) emergindo como uma alternativa promissora para promover justiça social e sustentabilidade repensando a Educação Financeira como um instrumento de mudança e não apenas como uma ferramenta mercadológica.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação Matemática Crítica. Educação Financeira Escolar Crítica. OECD. Enef

Abstract: This study aims to distinguish between the terms Financial Education and Critical School Financial Education. To achieve this, we conducted a chronological review of the foundational literature on the subject, justifying the need for a new designation. This justification is based on a chronological analysis of publications by the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) and its recommendations in Brazil through the National Financial Education Strategy (NFES), highlighting the definitions and interests they attribute to Financial Education. To support and establish the term Critical School Financial Education, we also reviewed studies from a Graduate Program (PPG) that advocates for a more complex and nuanced approach to Financial Education, emphasizing social and critical aspects. We consider the theoretical study of this new approach, we see Critical School Financial Education (CSFE) emerging as a promising alternative to promote social justice and sustainability by rethinking Financial Education as an instrument of change, rather than just a market-oriented tool.

Keywords: Financial Education. Critical Mathematics Education. Critical School Financial Education. OECD. Enef.

1 Introdução

Considerando os documentos oficiais e as discussões acadêmicas mais recentes, a Educação Financeira se apresenta como um campo multidisciplinar que está em processo de

¹ Universidade Federal de Pernambuco • Recife, PE — Brasil • luan.danilo@ufpe.br

² Universidade Federal de Pernambuco • Recife, PE — Brasil • taianasilva@gmail.com

³ Universidade Federal de Pernambuco • Recife, PE — Brasil • cristianepessoa74@gmail.com

desenvolvimento. Com as inovações trazidas no século XXI, a crescente complexidade do sistema financeiro, a necessidade de indivíduos tomarem decisões financeiras informadas, além de aspectos relacionados a interesses políticos, trouxeram o tema para o centro das discussões globais.

Organizações como a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) têm desempenhado um papel importante na promoção da Educação Financeira, definindo diretrizes e fomentando a colaboração internacional, por meio do *Financial Education Project*. Isso vem estabelecendo um marco importante ao definir Educação Financeira como o processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros (OECD, 2005). Essa definição enfatiza a importância de desenvolver habilidades e confiança para tomar decisões conscientes, identificar riscos e oportunidades, e buscar ajuda quando necessário.

Alinhada com essas recomendações da OECD, a *International Network on Financial Education* (INFE) foi criada em 2008, fortalecendo a cooperação entre os setores público e privado na estruturação de programas de Educação Financeira. No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), lançada em 2010, representou um esforço para adaptar as diretrizes internacionais à realidade brasileira, buscando promover ações gratuitas e com a participação da sociedade civil.

Todavia, a trajetória da Educação Financeira no Brasil tem sido marcada por desafios e mudanças de perspectiva. A integração da Educação Financeira aos currículos escolares por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora represente um avanço, a abordagem restrita aos conceitos de Matemática Financeira e Empreendedorismo tem gerado críticas. Outros desafios foram a revogação do Decreto 7397/2010, a instituição do Decreto 10393/2020 da Enef e a subsequente priorização de uma visão mercadológica, com menor participação de instituições públicas, que geram preocupações sobre o risco de exploração financeira da população.

Diante desse cenário, surge a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel da Educação Financeira e sua abordagem nas escolas. O conceito de *Educação Financeira Escolar Crítica* emerge como uma alternativa que busca ir além do simples gerenciamento financeiro sob a responsabilidade do indivíduo, incorporando discussões sobre justiça social, ética, sustentabilidade e os impactos do sistema capitalista na vida das pessoas.

Pesquisadores como Santos (2023), Mazzi, Hartmann e Pessoa (2024) e Sousa (2024) têm contribuído para a (re)construção desse novo paradigma, enfatizando a importância de desenvolver com os estudantes a capacidade de analisar criticamente as práticas de consumo, compreender os aspectos emocionais e ambientais que influenciam as decisões financeiras, além de questionar a lógica neoliberal subjacente. A Educação Matemática Crítica, discutida por Ole Skovsmose (2023) oferece um arcabouço teórico valioso para repensar a Educação Financeira como um instrumento de empoderamento, transformação social e luta contra a desigualdade.

Nesse contexto, o Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem da Matemática (Gredam) do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica (Edumatec) tem se destacado na produção de pesquisas e na formação de pessoas comprometidas com a Educação Financeira Escolar Crítica. Os projetos desenvolvidos pelo Gredam desde 2015, têm explorado diferentes aspectos da Educação Financeira, desde a análise do comportamento de consumo e gestão de dívidas até a investigação de temáticas como solidariedade, igualdade e justiça social, ética e preservação ambiental.

Ao longo desta análise, objetivamos diferenciar o termo Educação Financeira de Educação Financeira Escolar Crítica, a partir das recomendações da OECD e das produções de um grupo de pesquisa ao longo dos anos. Além disso, apresentaremos algumas pesquisas realizadas, destacando possibilidades para a compreensão da Educação Financeira Escolar Crítica e suas implicações para a formação de professores e a prática pedagógica. Ao final, esperamos oferecer uma visão abrangente e atualizada sobre a Educação Financeira, capaz de inspirar novas reflexões e ações em prol de uma sociedade mais justa e financeiramente consciente.

2 Educação Financeira em Documentos Oficiais - o que dizem as recomendações da OECD ao longo dos anos?

Os trabalhos sobre Educação Financeira começaram a ganhar destaque no século XXI, impulsionados pelas recomendações da OECD. Em 2003, o *Financial Education Project* deu início a uma série de publicações, incluindo o relatório *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* divulgado em 2005, que serviu como referência para os países membros e parceiros da organização.

Esse estudo foi desenvolvido com base em uma ampla revisão da literatura sobre políticas e programas existentes na área e na aplicação de quatro questionários a 30 países

membros. Os questionários abordaram temas como desafios para a formação financeira, iniciativas em desenvolvimento, estudos sobre Educação Financeira, análise da eficácia de programas e políticas específicas, e a crescente relevância da Educação Financeira frente às mudanças demográficas (OECD, 2005).

A partir desse trabalho, a OECD definiu Educação Financeira como:

O processo pelo qual consumidores e investidores financeiros melhoram sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros e, por meio de informações, instruções e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, tomarem decisões informadas, saberem onde procurar ajuda e adotarem ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, p. 26).

Essa definição destaca a importância de decisões equilibradas entre riscos e oportunidades e consolidou a Educação Financeira como um tema global. Entre 2005 e 2024, foram publicadas mais de 40 obras abordando diferentes contextos e países.

Em 2008, alinhada às recomendações da OECD, foi criada a INFE, uma rede internacional destinada a promover a cooperação entre legisladores e outros interessados na área. Durante quatro anos, foram realizadas consultas aos países membros foram realizadas e algumas ações foram divulgadas até que o primeiro documento conjunto sobre o tema, *High-Level Principles on National Strategies for Financial Education (OECD/INFE, 2012)*, consolidasse e atribuisse aos setores públicos e privados a responsabilidade de estruturar programas de aperfeiçoamento em Educação Financeira.

Nesse período de elaboração, em 2010 foi lançada no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), por meio do decreto nº 7.397. Essa iniciativa reuniu os quatro principais órgãos supervisores do Sistema Financeiro Nacional (BC, CVM, Previc e Susep)⁴ e adotou tanto as diretrizes da OECD, quanto elementos específicos da realidade brasileira, como a gratuidade das ações e a participação de representantes da sociedade civil em atividades metodológicas (Brasil, 2010).

Em 2017, a Educação Financeira foi integrada oficialmente aos currículos escolares por meio da BNCC, dentro dos Temas Contemporâneos Transversais (TCT) limitando, no entanto,

⁴ Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados

à abordagem de conceitos de Matemática Financeira e Empreendedorismo, sem considerar uma perspectiva crítica que questionasse uma lógica neoliberal subjacente (Mazzi; Hartmann; Pessoa, 2024).

Em 2020, o decreto nº 7.397, que instituiu a Enef em 2010 foi revogado pelo de nº 10.393, abandonando, nesta segunda versão, os ideais de gratuidade e participação civil nas ações voltadas para a Educação Financeira. Tal mudança traz questionamentos acerca da nova configuração da Enef: será que isso não intensificava uma visão mercadológica mais voltada para o consumo? Qual seria a intenção dos órgãos financeiros com a população? Em adição, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que antes era tratado como parceiro de iniciativas, nessa versão atual tem sua participação reduzida a simples divulgador das ações realizadas, que na sua maioria, são feitas por instituições privadas.

Cabe ressaltar que é fundamental apontar as reflexões apresentadas neste texto, a partir da leitura das recomendações da OECD à segunda versão da Enef, não como uma crítica à participação das instituições privadas, mas sobre a ausência de instituições públicas e relacionadas à educação na elaboração de ações que deveriam contribuir para um letramento financeiro além do que meros consumidores de produtos bancários. Da mesma forma, não é sobre desencorajar o empreendedorismo, mas refletir criticamente sobre a falta de amparo e cuidado estatal aos trabalhadores informais.

Refletir sobre essas preocupações supracitadas, além de critérios de sustentabilidade e justiça social, conforme mostrado, é uma discussão ausente na maioria das recomendações oficiais. Entretanto, em paralelo a este fato, traremos no próximo tópico algumas pesquisas que estão sendo realizadas a fim de complementar e trazer à tona pensamentos críticos necessários para o tema de Educação Financeira em meio a uma sociedade capitalista e neoliberal.

3 O caminho até chegar à Educação Financeira Escolar Crítica

Comparado com o termo “Educação Financeira” definido pelos documentos oficiais, o termo *Educação Financeira Escolar Crítica* foi se construindo à medida que reflexões eram feitas sobre o porquê, para quem e como essa Educação Financeira estava sendo proposta.

Mesmo antes da elaboração da BNCC, ao citar a Educação Financeira nas escolas, a primeira inserção do termo *Educação Financeira Escolar* surgiu no trabalho de Silva e Powell (2013), com a seguinte definição:

(...) Educação Financeira Escolar é um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vive (Silva; Powell, 2013, p.12).

Como apontado por Mazzi, Hartmann e Pessoa (2024), essa definição vem respaldando o que entendemos por Educação Financeira Escolar, entretanto, passados mais de 10 anos desta definição, outras vêm se constituindo.

Um complemento à definição de Silva e Powell (2013) é apresentada por Santos (2023), que defende que a Educação Financeira Escolar é um

Processo sistemático e gradual de reflexões relacionadas às práticas de consumo vigentes na sociedade em que vivemos, abordando discussões relacionadas ao dinheiro e sua utilização, com compreensão acerca de aspectos matemáticos e não matemáticos envolvidos em uma escolha, como também discussões mais amplas, que possibilitem uma reflexão desde os aspectos emocionais que levam ao consumo até os impactos éticos e ambientais que ele pode causar, de modo que os estudantes possam compreender os impactos que nossas decisões geram no mundo em que vivemos, percebendo, assim, a diversidade de fatores a serem levados em consideração no momento de tomar uma decisão (Santos, 2023, p. 25).

Quando comparamos a definição de Silva e Powell (2013), podemos notar que Santos (2023) traz a influência da Educação Matemática Crítica (EMC) de Ole Skovsmose, que traz a Matemática como empoderamento, transformação e ferramenta social que vai além do caráter tecnocrático (Skovsmose, 2023). Por exemplo, no avanço em relação à complexidade de temas, que vão além da Economia e Finanças, considerando a Educação Financeira Escolar um eixo transversal que faz parte de todas as áreas do conhecimento, priorizando aspectos coletivos e trazendo uma preocupação de como as escolhas individuais afetam o todo, caracterizando-a como uma Educação Financeira coletiva, comunitária e socialmente justa.

A abordagem trazida por Santos (2023) ganha mais forma com novas pesquisas que relacionam a Educação Financeira Escolar com temas defendidos pela EMC, tais como aspectos de Justiça Social e críticas mais enfáticas ao sistema em que a sociedade está cada vez mais inserida e refém. A fim de exemplo, citamos Mazzi, Hartmann e Pessoa (2024) e Sousa (2024).

Mazzi, Hartmann e Pessoa (2024) defendem uma Educação Financeira

(...) que visa ao desenvolvimento coletivo e solidário, com respeito ambiental e ético, buscando pela dignidade das ditas minorias da sociedade mundial tão exploradas ao longo de gerações. Assim, intencionamos que não apenas se discuta, mas que se lute

contra a desigualdade social e a má distribuição de renda, que se possa refletir sobre o papel do salário mínimo e que este possa levar dignidade para a população que dele vive, que se discuta sobre golpes e fraudes financeiras, de modo a proteger a população, sobretudo a mais vulnerável (Mazzi, Hartmann e Pessoa, 2024, p. 13).

Sousa (2024) traz a Educação Financeira como

(...) um campo transversal, capaz de discutir toda a lógica perversa do capitalismo e do liberalismo, bem como os seus ataques às esferas sociais. A educação financeira pode trazer informações que desenvolvam em nós as habilidades e a confiança para que nos tornemos mais conscientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, mas o principal foco de toda a nossa discussão é usarmos essa educação financeira para tentarmos despertar nos sujeitos envolvidos no processo educacional a criticidade a respeito de como as grandes corporações operam na sociedade e em nossas vidas.(Sousa, 2024, pp. 119-120).

Nessa perspectiva de oportunizar uma consciência aos estudantes sobre o sistema no qual estamos inseridos, surge o termo Educação Financeira Escolar Crítica (Efec) que antes de conceituá-lo cabe explicitar onde acontece e o porquê de mais uma palavra associada ao termo. Dessa forma, trata-se de um Educação Financeira que acontece na escola, está associada a um currículo. Além disso, é denominada Crítica pois entende-se que apresenta características que justificamos como importantes para entendermos como crítica e não mercadológica, a qual associamos a uma Educação Financeira com foco nas finanças pessoais e com o fim de consumo de produtos bancários, ou seja, uma educação financeira individualizada, em que o sujeito é o único responsável pela sua situação econômica.

Compreende-se que uma Efec possibilita aos estudantes, a partir de suas vivências escolares (curriculares) refletir criticamente sobre situações econômicas relativas ao seu cotidiano, ou que o atinge de maneira direta ou indireta, e que estejam vinculadas desde a aspectos individuais, como emoções, sonhos, desejos, necessidades, relação pessoal com o dinheiro, contexto de vida até aspectos políticos, sociais (sistema capitalista e como ele afeta a nossa ideia de consumo, como as mídias interferem no consumo/consumismo), éticos, ambientais (sustentabilidade). Entendendo que Efec é transversal, solidária, voltada para a dignidade dos minorizados e para o bem coletivo.

4 Pesquisas do Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem da Matemática - Gredam

Desde 2015, o Grupo Gredam vem realizando projetos de pesquisas e associando a eles a formação de pessoas (estudantes de iniciação científica, de graduação, mestres e doutores)

com defesa à vertente da Educação Financeira Escolar e Educação Financeira Escolar Crítica, em sua maioria fundamentada na Educação Matemática Crítica (Skovsmose, 2023).

Do seu início até o presente momento, o grupo já submeteu três projetos de pesquisa intitulados: 1) *Educação Financeira na Educação Básica (2015-2018)*; 2) *Educação Financeira: Processos de Formação de Professores e Intervenções com estudantes (2019 - 2023)* e 3) *Educação Financeira: temáticas, níveis de letramento, conhecimentos docentes, currículo e articulação com as diversas áreas do conhecimento (2023 - 2027)*.

Nos quadros a seguir, indicaremos as produções acadêmicas realizadas em cada projeto a fim de elucidar os temas e perspectivas do trabalho de Educação Financeira e aproximar novas pesquisas para essa temática. Após cada quadro, iremos indicar as compreensões de Educação Financeira observadas em cada projeto.

Quadro 1. Estudos desenvolvidos no Projeto 1 do Grupo Gredam

	TÍTULO	TIPO	SITUAÇÃO	DEFESA
PROJETO 1	Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental: Quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores?	Dissertação	Concluído	2017
	Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino fundamental: Investigando a sala de aula	Dissertação	Concluído	2017
	Atividades de Educação Financeira em livro didático de Matemática: Como professores colocam em prática?	TCC	Concluído	2018
	Educação Financeira: conteúdos, áreas do conhecimento e orientações ao professor no material do MEC para os anos iniciais	TCC	Concluído	2017
	Educação Financeira: compreensões de professores da Educação Infantil	TCC	Concluído	2018
	Análise de livros da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) para os anos iniciais do Ensino Fundamental	TCC	Concluído	2018
	Educação Financeira: conhecimentos de alunos do Ensino Médio	IC	Concluído	2016

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebemos que no primeiro projeto, os trabalhos trazem a compreensão sobre mudanças no comportamento de consumo, dívidas e gestão financeira consciente. As pesquisas desenvolvidas se embasaram na EMC, de Skovsmose. O projeto ainda aponta que as compreensões acerca da Educação Financeira precisam acontecer na escola e para isso apoiou-se com o projeto de lei que visava incluir a Educação Financeira no currículo escolar e que se tornaria a Base Nacional Comum Curricular. Porém, a necessidade de desenvolver materiais didáticos adequados e formar professores é destacada como um passo crucial para melhorar a

eficácia da Educação Financeira nas escolas.

A seguir, no Quadro 2, são apresentadas as pesquisas desenvolvidas no Projeto 2.

Quadro 2. Estudos desenvolvidos no Projeto 2 do Grupo Gredam

	TÍTULO	TIPO	SITUAÇÃO	DEFESA
PROJETO 2	Como estudantes de 5º ano refletem sobre temáticas relacionadas à educação financeira escolar? Um olhar na perspectiva dos atos dialógicos	Tese	Concluído	2023
	Potencialidades de Histórias em Quadrinhos e tirinhas para o trabalho com Educação Financeira no 5º ano do ensino fundamental	Dissertação	Concluído	2023
	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO: significados produzidos por estudantes do 5º ano do ensino fundamental	Dissertação	Concluído	2021
	Conhecimentos docentes para o Ensino de Educação Financeira Escolar	Dissertação	Concluído	2021
	Educação Financeira na Educação Infantil: análise das atividades de material utilizado na rede municipal de ensino do Recife	Dissertação	Concluído	2020
	Educação Financeira e Matemática Financeira: compreendendo possibilidades a partir de um grupo de estudo com professores do Ensino Médio	Dissertação	Concluído	2019
	Educação Financeira nos livros didáticos de Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental	Dissertação	Concluído	2019
	A Educação Financeira de forma transversal nos livros didáticos do 3º ao 5º ano do ensino fundamental nos anos iniciais do município de Santo Agostinho	TCC	Concluído	2022
	NÃO VEJO FUTURO: a carência de Educação Financeira Escolar para Jovens e Adultos	TCC	Concluído	2022
	Relações entre a Educação Financeira e População Negra: reflexões à luz de produções acadêmicas	TCC	Concluído	2022
	Como livros didáticos de Matemática dos anos iniciais estão abordando a educação financeira após a inclusão desta temática na BNCC?	TCC	Concluído	2020

Fonte: Dados da pesquisa.

No segundo projeto, as compreensões sobre Educação Financeira complementam as do primeiro naquilo que trata a reflexão e consciência sobre o consumo e conceitos atrelados. Nele há uma crítica mais acentuada às concepções trazidas pelos documentos institucionais da OECD e das Estratégias Nacionais como a Enef, que reduzem a Educação Financeira a “Poupar para Consumir”. A crítica defende que a Educação Financeira deve ir além do simples gerenciamento financeiro e incluir discussões sobre ética, influência da mídia, sustentabilidade e a diferença entre querer e precisar, compreensões essenciais para o exercício da cidadania na vida em sociedade.

A seguir, no Quadro 3, são apresentados os estudos finalizados a partir do Projeto 3, ainda em vigência.

Quadro 3. Estudos desenvolvidos no Projeto 3 do Grupo Gredam

	TÍTULO	TIPO	SITUAÇÃO	DEFESA
PROJETO 3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR: reflexões e práticas de professoras da educação infantil	Dissertação	Concluído	2024
	"EU, 'SEVERINO' ETIQUETA": Educação Financeira Escolar, backgrounds e foregrounds de estudantes da Educação de Jovens e Adultos	Tese	Concluído	2024
	A EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR PROPOSTA NO ENSINO MÉDIO: um olhar para documentos curriculares, livros didáticos e professores, em uma perspectiva transversal às áreas de conhecimentos	Tese	Concluído	2024

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos trabalhos já defendidos do Projeto 3, continuam as críticas das compreensões reduzidas da Educação Financeira por parte das instituições e enfatiza uma compreensão que, até certo ponto, não fora explicitada nos projetos anteriores: a Educação Financeira Coletiva, trazendo conceitos como a solidariedade, igualdade social e preservação ambiental. Aqui, o principal desafio é, mediante a influência da mídia, distinguir Consumo de Consumismo e Necessidade de Desejo, facilitando o desenvolvimento de reflexões críticas e proporcionando, em uma perspectiva escolar, uma produção de conhecimento mais contextualizada e significativa. Até o fim da vigência (2027) está previsto a defesa de mais uma dissertação de Mestrado e de sete teses de Doutorado.

5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, exploramos a complexa e multifacetada trajetória da Educação Financeira, desde suas raízes nas recomendações da OECD até a emergência de uma perspectiva crítica que busca transcender a mera alfabetização financeira. Analisamos como as políticas públicas e os programas educacionais têm sido moldados por diferentes visões e interesses, e como a Efec se apresenta como uma alternativa promissora para promover a justiça social e a sustentabilidade.

Buscando responder o objetivo de diferenciar o termo Educação Financeira de Educação Financeira Escolar Crítica, a partir das recomendações da OECD e das produções de um grupo de pesquisa, constatamos que a Educação Financeira, tal como definida pelos documentos oficiais, muitas vezes se restringe a uma visão individualista e mercadológica, focada no

consumo consciente e no planejamento financeiro pessoal. Embora essas habilidades sejam importantes, argumentamos que a Educação Financeira deve ir além, abordando questões como a desigualdade social, a exploração financeira e os impactos ambientais do sistema capitalista.

Nesse sentido, a Efec emerge como um campo fértil de investigação e ação. Ao incorporar os princípios da Educação Matemática Crítica, essa abordagem busca desenvolver com os estudantes a capacidade de analisar criticamente as práticas de consumo, compreender os aspectos emocionais e ambientais envolvidos nas decisões financeiras e questionar a lógica neoliberal subjacente.

As pesquisas realizadas pelo Gredam têm demonstrado o potencial da Efec para promover a transformação social e o empoderamento dos estudantes. Ao abordar temas como solidariedade, igualdade social e preservação ambiental, esses projetos têm contribuído para a construção de uma visão mais abrangente e engajada da Educação Financeira.

Diante dos desafios e oportunidades que se apresentam, defendemos a necessidade de repensar a Educação Financeira como um instrumento de transformação social. É preciso investir na formação de professores comprometidos com a Educação Financeira Escolar Crítica, desenvolver materiais didáticos que abordam questões relevantes para a vida dos estudantes e criar espaços de diálogo e reflexão sobre as práticas financeiras a fim de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, pensando no bem coletivo e a contribuir para um mundo melhor para todos.

Por fim, esperamos que este trabalho tenha contribuído para o avanço da discussão sobre a Educação Financeira e inspirado novas reflexões e ações em prol de uma sociedade mais justa e financeiramente consciente. Reconhecemos que a jornada é longa e desafiadora, mas acreditamos que, com um olhar crítico, com questionamentos e ações contra as amarras do capitalismo e do neoliberalismo, podemos construir um futuro melhor para as próximas gerações.

Referências

BRASIL. Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - Enef e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Brasília: Diário Oficial da União, 9 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - Enef, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília: Diário



Oficial da União, 22 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

MAZZI, Lucas Carato. HARTMANN, Andrei Luís Berres. PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. Educação Financeira e Justiça Social: reflexões no âmbito da Educação Matemática – *Boletim de Educação Matemática*, v. 38, Rio Claro (SP), v. 38, e240044, p. 1-27, 2024.

OECD. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Paris: OECD, 2005.

OECD/INFE. *Guidelines on Financial Education at School and Guidance on Learning Framework*. Paris: OECD, 2012.

SANTOS, Lais Thalita Bezerra dos. Como estudantes de 5º ano sobre temáticas relacionadas à educação financeira escolar? Um olhar na perspectiva dos dialógicos. 2023. 204f. Tese (Doutorado em Educação Matemática e Tecnológica). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Amarildo Melchiades da; POWELL, Arthur Belford. Um programa de Educação Financeira para a matemática escolar da Educação Básica. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 11., 2013, Curitiba. *Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática*. Curitiba, 2013. p. 1-17.

SKOVSMOSE, Ole. *Critical Mathematics Education*. Springer Cham: Springer, 2023.

SOUSA, Ivan Bezerra de. *Educação Financeira Crítica: um olhar em desfavor ao neoliberalismo e políticas mercadológicas*. 2024. 596 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.